

EDITAL N.º I/25380/17/CMP

Cristina Maria Alves Douteiro, Diretora do Departamento Municipal de Fiscalização, torna público que a Câmara Municipal do Porto, conforme despacho de 18/01/2017, do Senhor Vereador com o Pelouro do Comércio, Turismo e Fiscalização, no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara conforme Ordem de Serviço nº I/310719/16/CMP de 21/10/2016, ordenou nos termos e com os fundamentos constantes dos art. 89º a 90º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificações, a realização das seguintes obras imprescindíveis para a segurança de pessoas, a realizar nas zonas comuns e na fração do 2º andar, do prédio sito à Rua Fernandes Tomás nº 835 desta cidade.

Obras de conservação em zonas comuns (Auto de Vistoria nº I/325327/16/CMP)

São necessárias as seguintes obras de conservação:

- Cobertura

Reparação geral do telhado incluindo substituição da estrutura de suporte da cobertura, telhas, rufos e elementos da clara-boa, se necessários, bem como reparação da rede de drenagem de águas pluviais de modo a evitar a entrada de águas pluviais no seu interior.

- Paredes

Reparação do revestimento em reboco das fachadas, incluindo acabamentos finais. Revisão/consolidação do revestimento da fachada principal em azulejos.

Obras de conservação no 2º andar (Auto de Vistoria nº I/325334/16/CMP)

São necessárias as seguintes obras de conservação:

- Paredes

Reparação do revestimento das paredes, incluindo acabamentos finais.

- Revestimento de pavimentos interiores

Reparação/reposição do revestimento dos pavimentos em soalho e em tacos de madeira, com substituição dos elementos apodrecidos, incluindo acabamentos finais.

- Tetos

Reparação dos revestimentos dos tetos, garantindo a estabilidade dos seus suportes e incluindo acabamentos finais.

- Caixilharias e Portas exteriores

Reparação das portas e caixilharias, incluindo acabamentos finais.

S07-02-IMP-182 Rev 03

1/2

- Caixilharias e Portas interiores

Reparação das caixilharias, portas e rodapés, incluindo acabamentos finais.

- Instalação elétrica e de iluminação

Revisão/reparação e substituição de elementos da rede, quando necessário.

Pelos fatos descritos ficam desta forma notificados os proprietários, da ordem supra referida, a fim de realizarem as obras impostas, concedendo-se um prazo de 120 dias para realizar as obras nas zonas comuns do auto de Vistoria nº I/325327/16/CMP e 90 dias para realizar as obras no 2º andar do auto de Vistoria nº I/325334/16/CMP, estas últimas com contagem do prazo a iniciar após a execução das obras nas zonas comuns

Nestes termos, ficam ainda V. Exas. notificados para:

Iniciar e concluir no prazo indicado nos autos de vistoria, nº I/325327/16/CMP e I/325334/16/CMP, as obras aí impostas, sob pena de incorrer na coima fixada no nº 4 do art. 98º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) na sua atual redação, graduada de € 500,00 até ao máximo de € 100.000,00, no caso de pessoa singular e de € 1.500,00 até € 250.000,00 no caso de pessoa coletiva;

Em caso de incumprimento e sem prejuízo da coima a aplicar, pode a Câmara tomar posse administrativa do imóvel para dar execução imediata às obras impostas, de forma a afastar situações de perigo grave para a segurança de pessoas e /ou saúde pública, ficando a cargo do infrator as quantias relativas às despesas realizadas com a execução coerciva, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que a Administração tenha de suportar para o efeito, tudo nos termos dos artigos 91º e 108º do referido diploma.

Os Autos de Vistoria constam do processo I/128164/16/CMP, que poderá ser consultado no Gabinete do Município, devendo para o efeito ligar para o nº222090400, a fim de ser agendado o dia para a consulta do mesmo.

Para constar se lavraram editais que vão ser afixados no Gabinete do Município, no sítio institucional desta Autarquia na Junta de Freguesia e no local dos factos.

Porto, 25 de Janeiro de 2017.

A Diretora do Departamento Municipal de Fiscalização


(Cristina Douteiro)